



RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES
AOS PARTICIPANTES

2014

“

A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo.

”

Peter Drucker

SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

06

MENSAGEM

07

Conselho
Deliberativo

08

Conselho Fiscal

09

Diretoria
Executiva

12

GESTÃO E GOVERNANÇA

13

Missão

13

Visão

13

Valores

14

Objetivos
estratégicos

16

PRINCIPAIS EVENTOS

18

Comunicação e
Marketing

20

RESULTADOS PREVIDENCIÁRIOS

21

Atuariais

23

Plano de
Benefícios

24

Manual do
Patrocinador

26

SEGURIDADE

27

Quantidade de Participantes

28

Adesões de novos Participantes

29

Relacionamento com os Participantes

32

INVESTIMENTOS

33

Política de investimentos 2014

37

Alocação dos investimentos

38

Resultados e indicadores

40

RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

41

Programação orçamentária

44

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

51

Parecer da Auditoria Independente

52

Parecer dos Órgãos de Governança

54

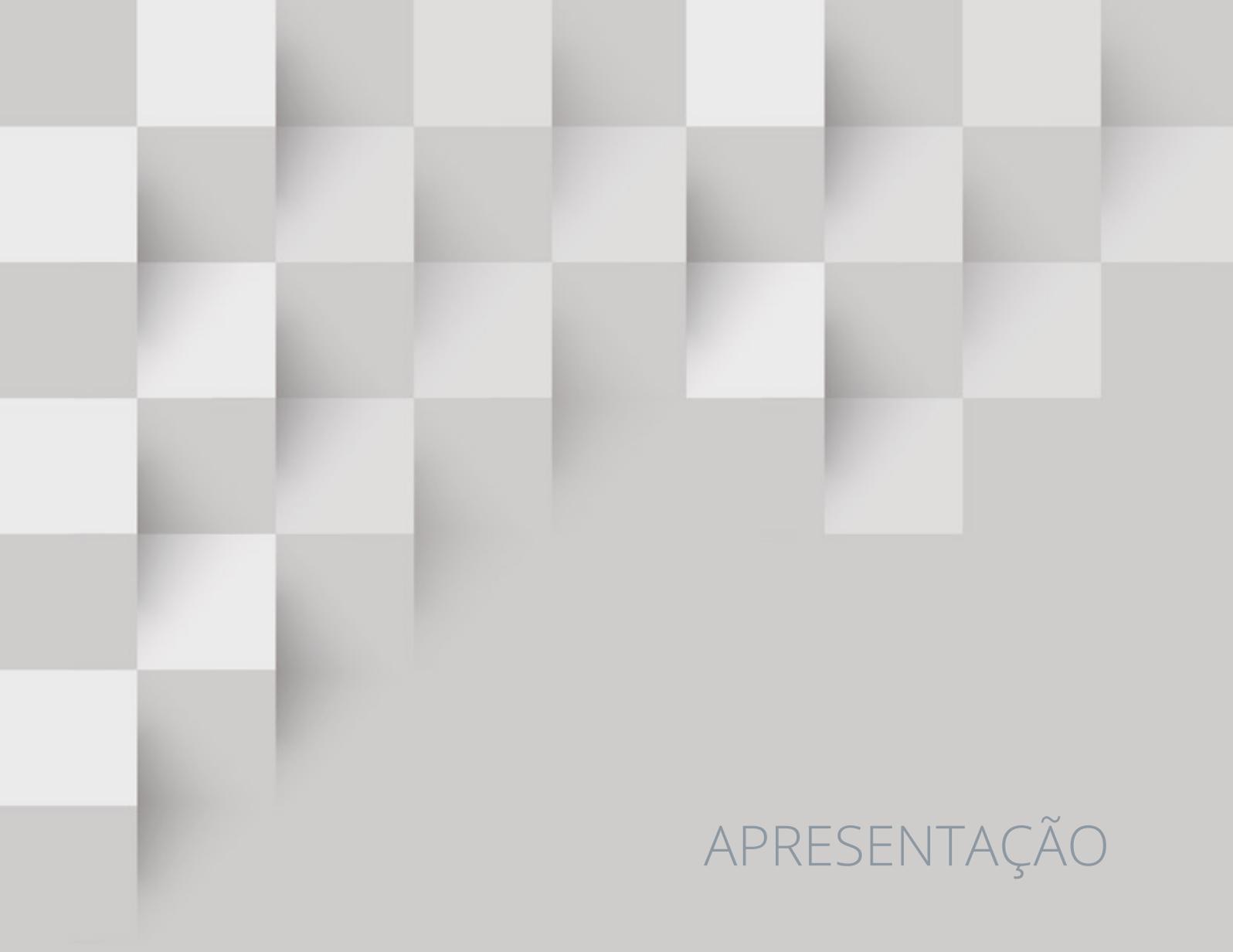
Mudança de critério de contabilização

62

COMPOSIÇÃO

63

Diretoria Executiva e Conselhos



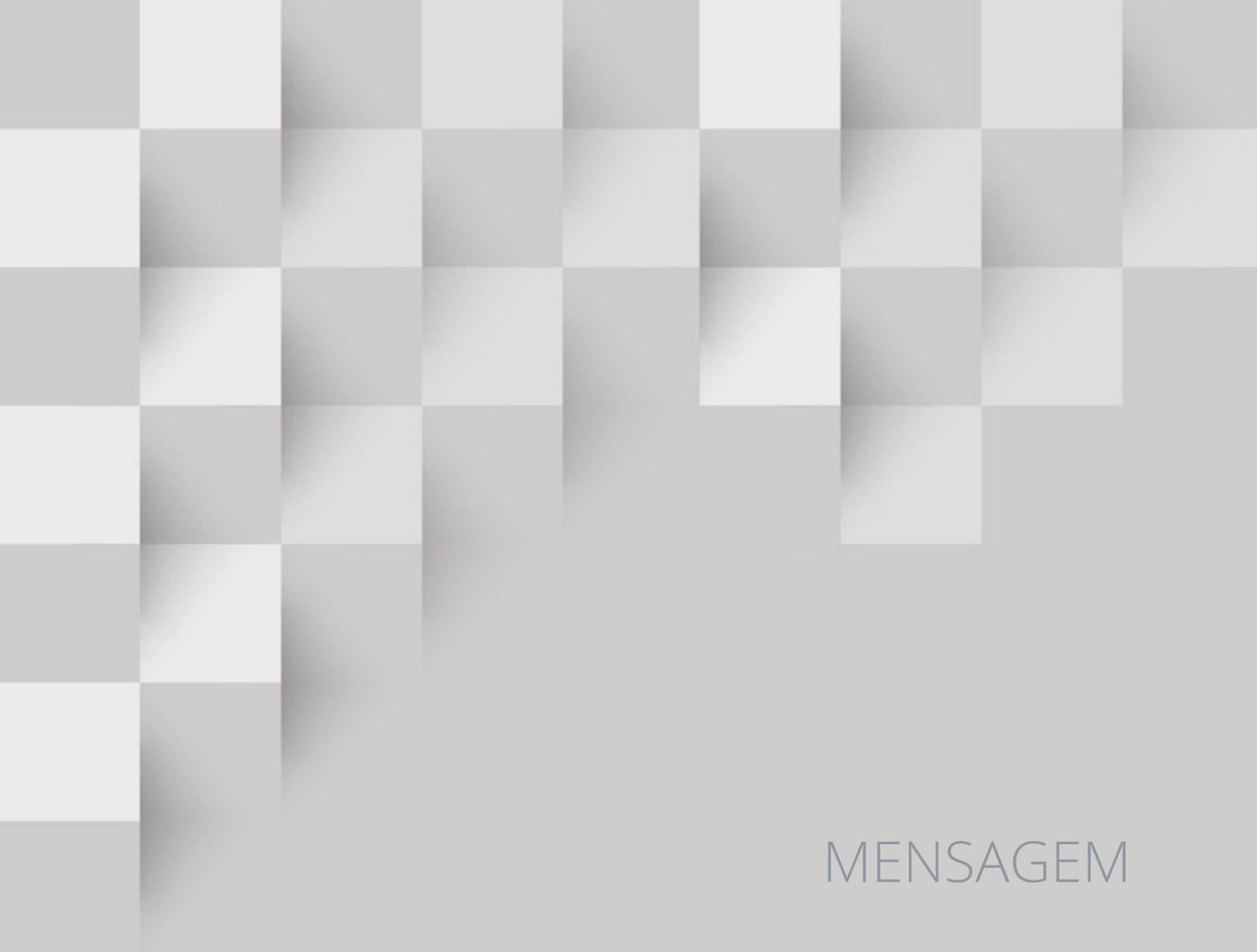
APRESENTAÇÃO

Este Relatório Anual tem por objetivo apresentar o desempenho institucional e da gestão financeira e orçamentária ao longo de 2014, cumprindo o compromisso com a transparência e as melhores práticas de governança.

Trata-se de prestação de contas acerca do planejamento estratégico, das ações e projetos implementados, da política de investimentos, das receitas e despesas administrativas, da avaliação atuarial e do balanço anual.

A partir de resultados concretos, os esforços da Fundação nortearam-se pela proteção do patrimônio dos Participantes, com eficiência e eficácia, para alcançar a sustentabilidade e a proteção social ao maior número de membros e servidores públicos vinculados ao Poder Judiciário da União, ao Ministério Público da União e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Em conformidade com a Resolução CGPC 23, de 6/12/2006, a Funpres-Jud apresenta o Relatório Anual de Informações aos Participantes - 2014.



MENSAGEM

CONSELHO DELIBERATIVO

Em 2014, o Conselho Deliberativo trabalhou na estratégia de consolidar a Funpresp-Jud e construir alicerces para o futuro.

Alguns trabalhos relevantes iniciados no ano anterior foram concluídos, como a construção do Código de Ética e do Regimento Interno, peças fundamentais para o bom funcionamento da Fundação.

A Política de Investimentos inicialmente aprovada também foi aperfeiçoada, a partir de estudos realizados pela Diretoria Executiva, para que os recursos confiados à Fundação pudessem ser administrados em conformidade com a estratégia de investir com segurança, visando alcançar os melhores resultados com a menor exposição a riscos.

O Conselho Deliberativo definiu as diretrizes, participou da construção e aprovou o Planejamento Estratégico, no qual foram definidos a missão, a visão e os valores da Funpresp-Jud, além do Planejamento Tático para os anos de 2014-2015. A condução do projeto foi democrática e ampla, contou com a participação dos demais órgãos estatutários e dos empregados da Fundação, e foi realizada em parceria com equipe especializada do Ministério Público Federal.

Em 2014 também foram aprovados pelo Conselho Deliberativo o regulamento eleitoral, para que fosse realizada a primeira eleição dos representantes dos participantes na governança da Fundação, e o edital do primeiro processo de licitação. Os dois projetos foram orientados, elaborados e conduzidos em observância às melhores práticas, atendendo às diretrizes estabelecidas pelo Conselho, de modo a proporcionar segurança e transparência aos processos.

A comemoração do primeiro ano de funcionamento e o lançamento da campanha publicitária da Funpresp-Jud, por fim, foram um marco que merece ser citado. O evento ocorreu em outubro e contou com a presença do Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF); do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Antônio José de Barros Levenhagen; do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot; do Procurador-Geral da Justiça Militar, Marcelo Weitzel e do Presidente do TJDF, Desembargador Getúlio de Moraes Oliveira, além de outras autoridades e servidores que vieram prestigiar a Fundação.

A Funpresp-Jud encerrou com sucesso este ano de desafios, atingindo sua meta e seus objetivos para 2014, e vislumbra os anos vindouros com grandes oportunidades para seja alcançada sua missão de proporcionar ao participante o melhor benefício previdenciário, por meio da otimização dos recursos investidos, respeitados níveis prudentes de risco, de forma responsável, ética e transparente.

CONSELHO FISCAL

No ano de 2014, o Conselho Fiscal buscou atuar de forma independente e soberana, a fim de possibilitar a segurança e o conforto aos Patrocinadores e Participantes da Funpresp-Jud.

Após a estruturação inicial, no ano de 2013, o Conselho Fiscal passou a acompanhar as medidas administrativas adotadas pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva. Para tanto, além de outras atividades, os Conselheiros realizaram, em 2014, doze sessões ordinárias e dezoito sessões extraordinárias, cujas atas foram publicadas no sítio eletrônico da Entidade, em homenagem ao princípio da transparência.

Como resultado principal dos trabalhos realizados, o Conselho Fiscal executou o Plano de Trabalho de 2014, contendo o detalhamento mensal, semestral e anual das obrigações legais, normativas, atividades e controles a serem exercidos pelo Conselho.

Esse documento é uma eficiente agenda de controle que orienta e possibilita avaliar o cumprimento das obrigações e atribuições de um órgão de fiscalização. Representa, em suma, um fundamental instrumento de planejamento à disposição do Conselho Fiscal.

Importante ressaltar que este Conselho no desempenho de suas atividades em 2014 buscou preparar a Funpresp-Jud, mediante o desenvolvimento da cultura dos controles internos, para o gerenciamento integrado de um sistema de controles que avalie os diversos riscos próprios da atividade da Fundação. Desse modo, a identificação e a análise de riscos objetivam alcançar o efetivo controle, o planejamento da gestão de risco e o respectivo monitoramento.

Como registro final, declaramos que a Funpresp-Jud conta com a firme disposição e o empenho do Conselho Fiscal de dotar a nossa Entidade de mecanismos e instrumentos que permitam a transparência e a fiscalização plena, eficaz e eficiente. Este Conselho buscou, sempre, a proteção dos interesses dos Participantes e Patrocinadores, auxiliando no alcance dos objetivos preconizados em nosso Estatuto Social.

Diante do trabalho realizado e das atividades executadas, controles e métodos implantados, esta gestão do Conselho Fiscal tem firme convicção de que a futura composição do Conselho Fiscal encontrará um ambiente propício para continuar perseguindo a excelência e as melhores práticas de fiscalização da Funpresp-Jud.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva dedicou-se neste ano à continuidade do processo de estruturação da Funpresp-Jud, selecionando a equipe, construindo processos de trabalho e regimentos internos, pautada nas melhores práticas de governança, e intensificando o relacionamento com os Participantes e os Patrocinadores.

A partir da programação das ações para 2014 e 2015, definidas durante a elaboração do planejamento tático da Fundação, pudemos executar, acompanhar e reprogramar, quando necessário, as atividades de todas as áreas vinculadas à Presidência e às Diretorias de Administração, de Segurança e de Investimento. A ação conjunta, o trabalho em equipe e a união de todos têm sido eficientes para o alcance de melhores resultados, mensurados pelo acompanhamento dos indicadores de gestão.

Diversas ações para fomento das adesões ao Plano de Benefícios foram iniciadas este ano e terão continuidade nos próximos: os “Eventos de Gestão de Pessoas dos Patrocinadores”, os “Eventos de Educação Financeira e Previdenciária”, o “Dia da Funpresp-Jud” e as palestras realizadas nos eventos de posse e de ambientação dos novos servidores, bem como nos eventos institucionais do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Enfrentamos e superamos muitos desafios ao longo do ano. A renovação da metade da Diretoria-Executiva foi um deles, mas os motivos para a substituição dos primeiros titulares das Diretorias de Administração e de Segurança foram nobres. O Diretor de Administração, Sr. Amarildo Vieira de Oliveira, assumiu a Secretaria Geral do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Diretora de Segurança, Sra. Maria Ester Vêras Nascimento, assumiu a Presidência da Prevcom-MG, fundo de pensão dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Os servidores públicos do Ministério Público da União, Srs. Marcio Lima Medeiros e Edmilson Enedino das Chagas assumiram, respectivamente, as Diretorias de Administração e de Segurança, após processo seletivo conduzido pelo Conselho Deliberativo.

Os Diretores selecionados já tinham grande interação com a Fundação, o que propiciou a continuação das atividades e dos projetos iniciados pelos seus antecessores.

Para 2015, prevemos o desafio de continuar essa trajetória de sucesso e levar a Fundação a um novo patamar de excelência na atuação, de reconhecimento de seu público-alvo e de solidez do Plano de Benefícios.

A gestão da Funpresp-Jud é um projeto grandioso, que exige muito trabalho, aperfeiçoamento, dedicação e perseverança. A Diretoria Executiva reafirma seu comprometimento e seu entusiasmo em empreender essa missão, ciente da responsabilidade, dos desafios e das oportunidades que ainda estão por vir.







GESTÃO E GOVERNANÇA

MISSÃO

“Proporcionar ao participante o melhor benefício previdenciário, por meio da otimização dos recursos investidos, respeitados níveis prudentes de risco, de forma responsável, ética e transparente.”

VALORES

- Ética
- Transparência
- Comprometimento
- Credibilidade
- Excelência
- Responsabilidade

VISÃO

“Ser reconhecida pela excelência na administração de plano de benefícios previdenciários para servidores e membros dos Patrocinadores até 2020.”

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Funpresp-Jud, ao longo de 2014, vivenciou momentos de planejamento e de estruturação, culminando na construção do seu primeiro planejamento estratégico, que compreendeu a missão, visão, valores, objetivos estratégicos e, por fim, o mapa estratégico.

O mapa estratégico é a representação visual da estratégia, mostrando numa única página como os objetivos nas quatro perspectivas do Balanced Scorecard (BSC) se integram e combinam para descrever a estratégia (KAPLAN e NORTON, 2004).

O mapa estratégico serve como base para a priorização de recursos, adiciona um nível de detalhamento que melhora a clareza e o foco dos objetivos estratégicos, bem como explicita as relações de causa e efeito entre as ações realizadas e os resultados alcançados.

Na página seguinte, destacamos os objetivos estratégicos estabelecidos sob as seguintes perspectivas: financeira, partes interessadas, processos internos, aprendizado e crescimento.

O Mapa Estratégico pode ser consultado no site:
http://www.funprespjud.com.br/?page_id=843

PERSPECTIVAS

FINANCEIRA

Ampliar a oferta de produtos e serviços adequados ao perfil dos participantes e beneficiários.

Otimizar a rentabilidade dos recursos geridos, observando-se níveis prudentes de risco.

PARTES INTERESSADAS

Melhorar o relacionamento e fomentar a integração com os patrocinadores.

Promover a educação financeira e previdenciária aos servidores e aos membros dos patrocinadores.

Atrair e reter participantes.

PROCESSOS INTERNOS

Ter prática de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado.

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.

Implementar processos de trabalho ágeis, eficientes, efetivos e normatizados.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Prover sistema de informações gerenciais e soluções eficazes em TI.

Atrair e reter talentos, desenvolver competências, proporcionando gestão do conhecimento entre os colaboradores.



PRINCIPAIS EVENTOS

JANEIRO

- Posse da Diretoria Executiva

FEVEREIRO

- Ambientação no CNJ
- Palestra no TRE-GO
- Palestra na JFCE

MARÇO

- Ambientação na PGR
- Palestra no TRE-PA
- Palestra na PRT 10

ABRIL

- Ambientação no MPF
- Palestra no Encontro Nacional de Gestão de Pessoas do MPF
- Palestra no TRT-ES
- Palestra no TRE-PR
- Palestra no TRE-RS
- Palestra no TRT-PR

MAIO

- Evento de boas vindas no TJDF
- Palestra no TRE-ES
- Ambientação no TRT 10
- Palestra na posse de membros do MPF
- Palestra no TRT-PI
- Ambientação no STF
- Palestra no TRE-RJ
- I Evento de Gestão de Pessoas dos Patrocinadores

JUNHO

- Ambientação para os novos empregados da Funpresp-Jud
- Ambientação no MPDFT

JULHO

- Ambientação no TJDF
- I Evento de Educação Financeira e Previdenciária

AGOSTO

- Dia da Funpresp-Jud no TJDF
- Ambientação no STJ
- Ambientação no MPT
- Reunião institucional com Previc, Abrapp e ICSS
- Palestra no TRT 11
- Palestra na AJUFE, em São Paulo
- Palestra no Fórum de Ceilândia

SETEMBRO

- Dia da Funpresp-Jud no MPDFT
- Ambientação no STF
- Ambientações no TJDF
- Ambientação no CNJ
- II Evento de Gestão de Pessoas dos Patrocinadores
- Palestra no CNMP
- Ambientação no TST

OUTUBRO

- Ambientação e Dia da Funpresp-Jud no STF
- Ambientação no TJDF
- Palestra no TJDF
- Apresentação no TSE
- Comemoração de 1 ano e Lançamento da Campanha de Comunicação
- Palestra no MPF-PA
- Participação no Fest Saúde Total do TJDF

NOVEMBRO

- Apresentação ao RH no TRT 18
- Apresentação aos servidores TRT 18
- Ambientação no CNJ
- Apresentação no TJDF
- Ambientação no MPF
- Ambientação no MPDFT
- Ambientação no TJDF
- Videoconferência com o TRF 1
- Ambientação no STJ

DEZEMBRO

- Videoconferência TRT-SC
- Apresentação no TRE-MG
- Apresentação MPT
- Apresentação MPDFT
- Evento de Educação Financeira e Previdenciária no STF
- Evento de Educação Financeira e Previdenciária na PGR/MPU

COMUNICAÇÃO E MARKETING

A Assessoria de Comunicação e Marketing (Ascom) foi instituída em junho de 2014 e começou a atuar em muitas frentes, sempre em prol da melhoria contínua da comunicação com os Participantes, com o estreitamento das relações com as áreas análogas dos Patrocinadores e o relacionamento com a imprensa especializada e a imprensa em geral.

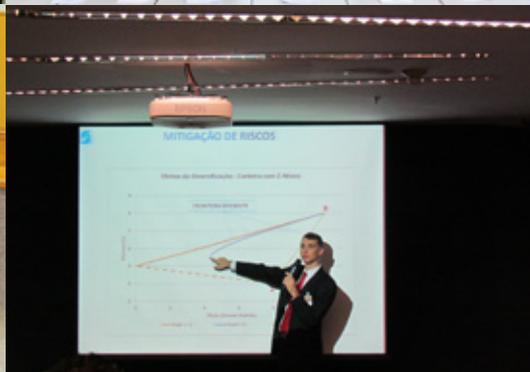
A Ascom é uma área essencial e estratégica para a consolidação da Funpresp-Jud, pois é responsável pela disseminação de informações e orientação aos públicos de interesse.

O Plano de Comunicação e Marketing definiu os principais objetivos da área, tais como: divulgação da Fundação e de seu Plano de Benefícios, por meio da criação de instrumentos e canais de comunicação com os Patrocinadores e Participantes; promoção de eventos para atingir os objetivos e metas, em especial para aumentar o número de adesões; promover a cultura financeira e previdenciária para os servidores; reforçar a credibilidade da Fundação, pela divulgação das informações sobre sua gestão de forma transparente; e disseminação de informações sobre a Instituição, suas ações e atividades nos meios de comunicação.

Durante este ano a Ascom desenvolveu novo material de divulgação: folder, nova cartilha, cartazete, Informativo do Patrocinador e hotsite para a intranet dos Patrocinadores.

Outra importante função da Assessoria é manter o constante relacionamento com as Assessorias de Comunicação dos órgãos Patrocinadores e com a mídia. Um cadastro com os responsáveis por essas áreas foi criado e o envio de *press releases* tem sido uma ação constante para a divulgação da Funpresp-Jud. O trabalho de preparação e acompanhamento dos Diretores e Conselheiros em entrevistas foi realizado durante o ano e bons resultados foram obtidos. As ações desenvolvidas pela Ascom resultaram em:

- 59 matérias nos Patrocinadores (CNJ, STF, STM, STJ, CNMP, MPU, MPF, MPDFT, MPM, MPT, TJ-DFT, TRF1, TRT-SC, TRT-MA, TRE-ES, SJFCE e JFRS)
- 44 matérias em mídia especializada – AssPreviSite, Diário dos Fundos de Pensão, Previc, Investidor Institucional, Anamatra e Site Abrapp
- 2 matérias em mídia geral – jornais “Correio Braziliense” e “O Dia”
- Entrevista para TV - Programa Nossas Conquistas (MPF)
- Entrevista para Rádio Justiça - Programa Justiça na Tarde





RESULTADOS PREVIDENCIÁRIOS

ATUARIAIS

1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O Plano de benefícios JUSMP-PREV administrado pela Funpresp-Jud possui somente um grupo de custeio, sendo seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e seu custo calculado atuarialmente apenas em relação aos aportes destinados ao Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários - FCBE, o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pelos Participantes e Patrocinadores.

O custo médio do FCBE, posicionado na data da Avaliação Atuarial de 31/12/2014, estava mensurado em 15,02% da contribuição normal, considerando que os Participantes optarão pelo percentual máximo de contribuição de 8,5% e de mesmo percentual pelos Patrocinadores, observada a paridade contributiva existente entre estes.

Recomenda-se, contudo, a manutenção do percentual anteriormente empregado, de 15,35%, em função do curto período de funcionamento do plano e da recente e reduzida massa de Participantes.

O Plano de Custeio proposto terá início de sua vigência a partir de 01/04/2015, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação e pelos Patrocinadores antes de sua aplicação, conforme normas vigentes.

2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação das Provisões Matemáticas entre a Avaliação Atuarial de 2013 e a Avaliação Atuarial de 2014 decorre dos valores vertidos de contribuição dos Participantes, dos Patrocinadores, dos valores portados e da rentabilidade dos investimentos.

Até o momento da data-base da Avaliação Atuarial o Plano não apresentava Participantes assistidos, resultando em valor nulo nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC, registradas no balanço de 31/12/2014, encontram-se com os seguintes montantes, em reais:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	5.548.737,67
Benefícios Concedidos	0,00
Benefícios a Conceder	5.548.737,67
Contribuição Definida	4.753.949,25
Benefício não Programado Estruturado em Regime Capitalização	794.788,42
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	794.788,42
Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários - FCBE	794.788,42

O Patrimônio Social possui o montante de R\$ 5.548.737,67 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos), garantindo a solvência do Plano. Em função de não haver resgates, não foi constituído do Fundo de Recursos não Regatáveis, conforme determina o item IX do art. 18 do Regulamento do Plano.

3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Plano, qual seja, de Contribuição Definida para os benefícios programados e de risco, o Plano de Benefícios JUSMP-PREV não apresenta riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Plano.

Os recursos alocados no FCBE, de natureza coletiva, visam garantir os benefícios de risco de forma acessória. Na apuração do custeio é considerado um adicional de 10% do total dos custos dos benefícios oferecidos pelo FCBE como Oscilação de Risco.

4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Não há insuficiência de cobertura em função da modalidade em que está estruturado o Plano e do sistema de cotas previdenciais.

PLANO DE BENEFÍCIOS

1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

O cadastro dos Participantes foi disponibilizado pela Coordenadoria de Arrecadação e Cadastro – COARC, posicionado em dezembro de 2014 com as fichas de inscrição recebidas até 27/01/2015.

Os resultados gerados pelos testes de consistência aplicados ao cadastro de Participantes encontram-se descritos em relatório específico da Coordenadoria de Atuária e de Benefícios – COABE. Os dados cadastrais foram considerados válidos e satisfatórios.

Os dados referem-se aos Participantes ativos no Plano, não havendo, até o momento da elaboração da avaliação, Participantes assistidos. As estatísticas da massa de Participantes encontram-se elencadas a seguir.

Tabela 1 - Quantidade de Participantes ativos em dezembro, por sexo e tipo de participante.

PARTICIPANTE	QUANTIDADE	
	M	F
Patrocinado	707	674
Vinculado	22	2
Total por Sexo	729	676
Total Geral	1.405	

Tabela 2 - Idades mínima, máxima e média, por sexo e tipo de participante.

PARTICIPANTE	IDADE MÍNIMA		IDADE MÁXIMA		IDADE MÉDIA	
	SEXO		SEXO		SEXO	
	M	F	M	F	M	F
Patrocinado	20	18	60	60	31	31
Vinculado	22	37	55	49	41	43

Tabela 3 - Remuneração de participação mínima, máxima e média, por sexo e tipo de participante, em reais.

PARTICIPANTE	REMUNERAÇÃO MÍNIMA		REMUNERAÇÃO MÁXIMA		REMUNERAÇÃO MÉDIA	
	SEXO		SEXO		SEXO	
	M	F	M	F	M	F
Patrocinado	61,41*	70,12*	22.199,41	24.802,71	3.225,77	2.899,24
Vinculado	616,46	616,46	3.000,00	616,46	856,90	616,46

* Remuneração proporcional à data de inscrição no plano.

2. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Não há resultado superavitário ou deficitário em função do Plano ser estruturado na modalidade de Contribuição Definida e do sistema de cotas previdenciais.

3. NATUREZA DO RESULTADO

Este item não se aplica ao Plano.

4. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Este item não se aplica ao Plano.

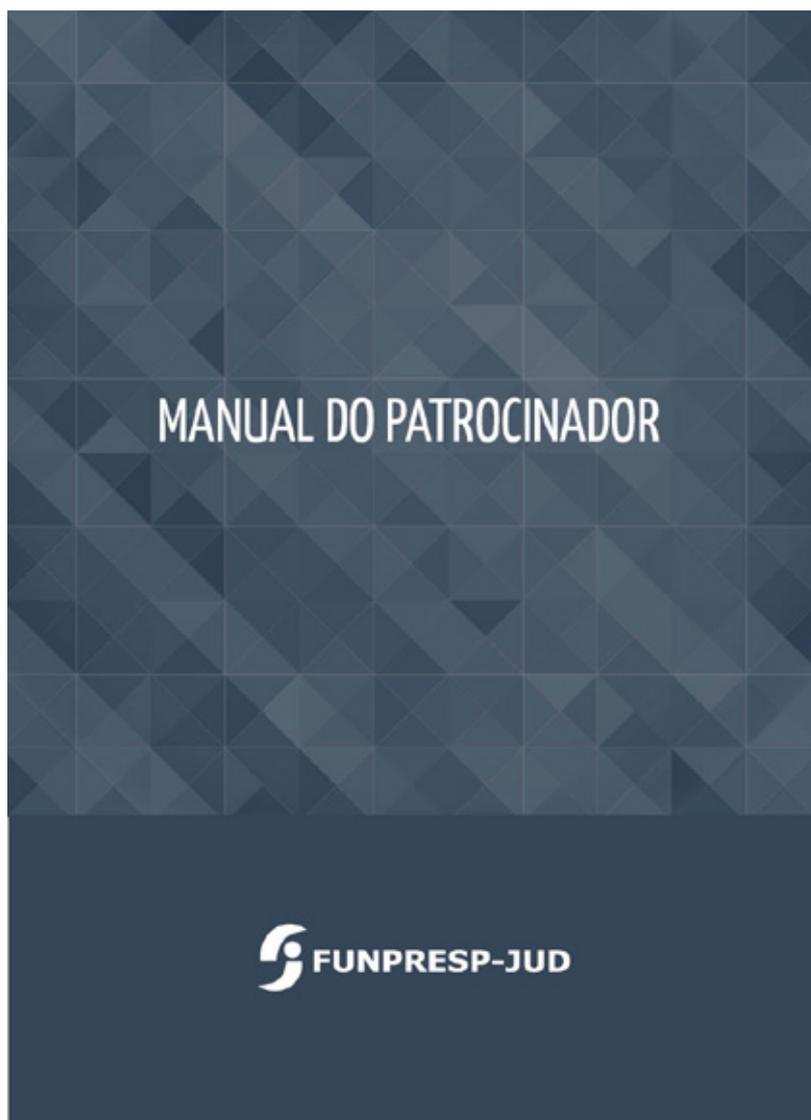
5. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

No financiamento de todos os benefícios do Plano utiliza-se o regime financeiro de capitalização, adotando-se o método de financeiro de capitalização na avaliação dos benefícios programados e de risco previstos no Plano, exceto o benefício por sobrevivência do assistido e dos aportes extraordinários sendo que para estes adotou-se o método agregado. O referido método é adequado e deve continuar sendo adotado para o financiamento dos benefícios do Plano, à luz da legislação previdenciária vigente.

MANUAL DO PATROCINADOR

Com o objetivo de auxiliar os Patrocinadores e definir procedimentos que facilitem a comunicação entre a Funpresp-Jud e as seções de gestão de pessoas e de pagamento, a Coordenação de Cadastro e Arrecadação desenvolveu o Manual do Patrocinador. O documento foi apresentado no II Evento de Gestão de Pessoas dos Patrocinadores, no dia 29 de setembro, em Brasília.

O Manual foi disponibilizado ao STF e ao MPU para que, na condição de Patrocinadores, esses órgãos possam encaminhar aos gestores de pessoas, com vistas a normatizar os procedimentos operacionais e viabilizar a rotina de envio dos arquivos de cadastro e arrecadação.



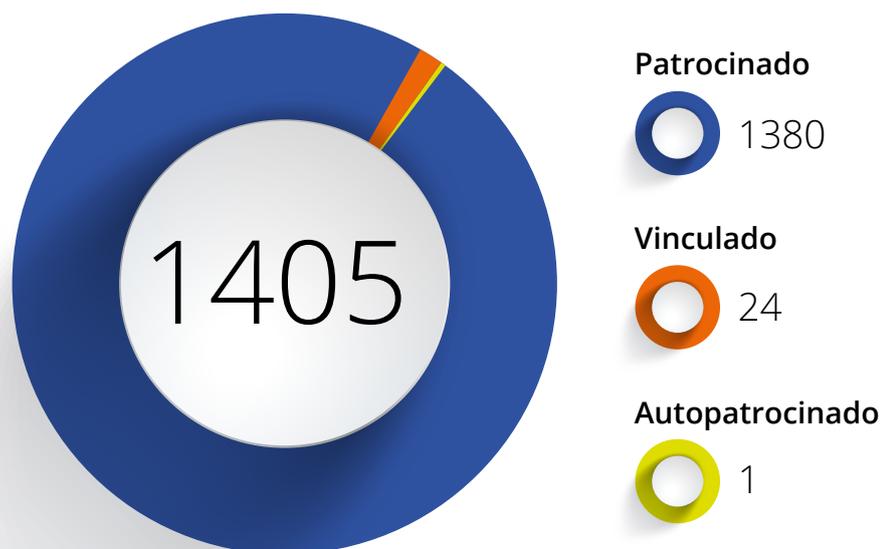


SEGURIDADE

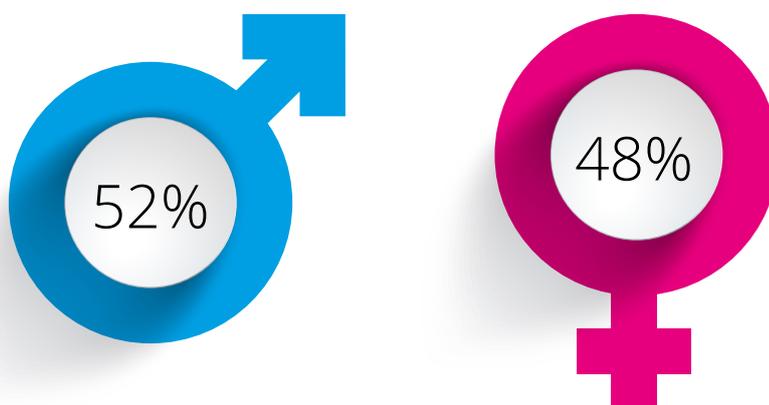
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

PARTICIPANTES POR CATEGORIA

Ao final de 2014 o Plano de Benefícios contava com 1.405 Participantes. Veja nos gráficos abaixo suas características quanto à categoria de Participantes e gênero.



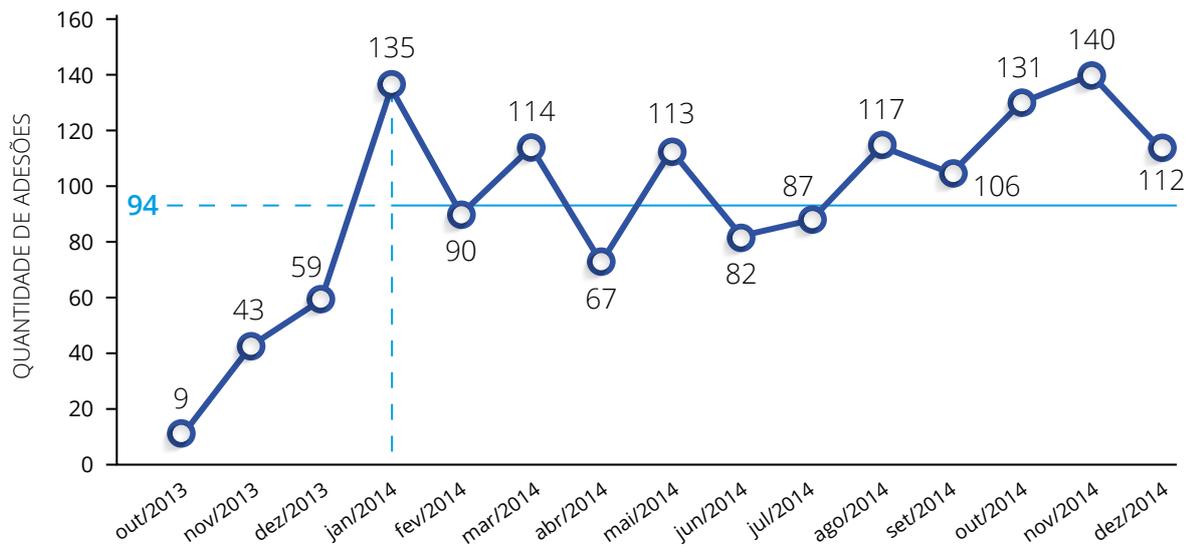
DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEXO



ADESÕES DE NOVOS PARTICIPANTES

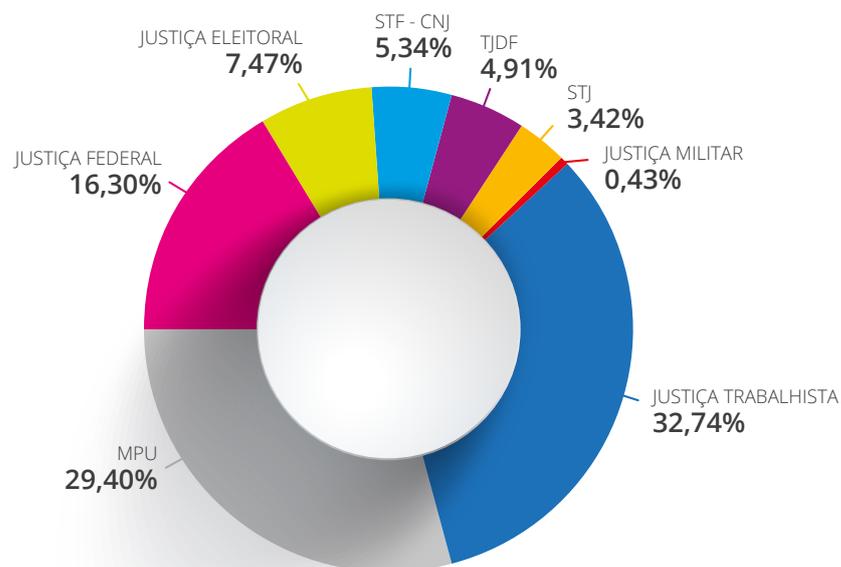
O gráfico abaixo representa o resultado do esforço conjunto da Funpresp-Jud e dos Patrocinadores para divulgar o Plano de Benefícios e angariar novas adesões de Participantes.

ADESÕES POR MÊS



Os Participantes são servidores e membros vinculados aos seguintes ramos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, distribuídos percentualmente.

PARTICIPANTES POR RAMO DOS PATROCINADORES



RELACIONAMENTO COM OS PARTICIPANTES

A Diretoria de Seguridade atuou intensamente em 2014 realizando palestras, promovendo encontros com as áreas de gestão de pessoas e prestando atendimento por e-mail e por telefone.

Foram respondidos cerca de 1.300 e-mails de Participantes, servidores públicos, servidores lotados nas áreas de gestão dos Patrocinadores e cidadãos que buscaram mais informações sobre a Funpresp-Jud e seu Plano de Benefícios.

Os principais questionamentos foram a respeito dos seguintes assuntos:

- Enquadramento dos servidores egressos de outros entes federativos (Estados, Municípios e Distrito Federal);
- Regime de Tributação;
- Institutos da Portabilidade e do Resgate;
- Dúvidas gerais de Participantes acerca do Plano de Benefícios e da Funpresp-Jud (rentabilidade, taxa de carregamento etc); e
- Dúvidas operacionais dos Patrocinadores.

Em 2014 foram promovidos o “I Evento de Gestão de Pessoas dos Patrocinadores” e o “II Evento de Gestão de Pessoas dos Patrocinadores”, envolvendo um público de mais de 400 servidores. Os encontros possibilitaram que a Funpresp-Jud fizesse apresentação sobre o Plano de Benefícios e sobre o funcionamento da Fundação, além de proporcionar um espaço para compartilhamento de experiências e esclarecimento de dúvidas.

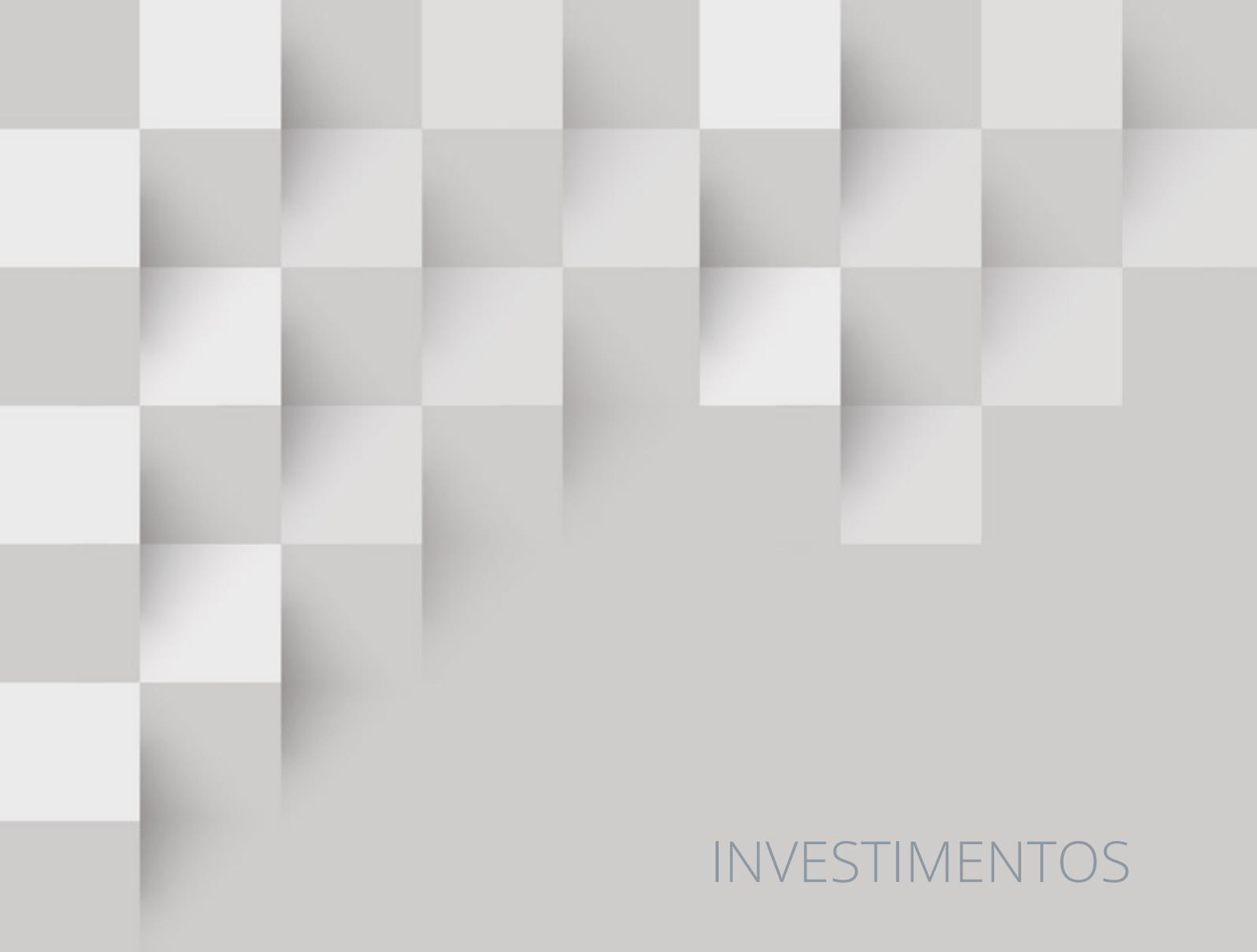
Também foram idealizados e iniciados os “Eventos de Educação Financeira e Previdenciária”, com o objetivo de conscientizar os Participantes sobre a necessidade de se programar financeiramente e se planejar para a aposentadoria.

Outra frente desenvolvida foi o “Dia da Funpresp-Jud”, cujo objetivo foi oferecer um atendimento personalizado nas dependências do órgão patrocinador, prestando esclarecimentos sobre as regras do Plano de Benefícios e a tributação. Com essa iniciativa, os servidores puderam conhecer melhor as vantagens de planejar uma aposentadoria tranquila e de se programar para realizar os seus projetos de vida e os de sua família.

Durante todo o ano de 2014 foram realizadas diversas apresentações, com o apoio dos órgãos Patrocinadores, em momentos especiais como as posses e ambientações dos novos servidores, ou mesmo em espaço reservado nos eventos institucionais, proporcionando mais um excelente meio de divulgação do Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Jud e de esclarecimento de dúvidas sobre o Regime de Previdência Complementar.



195	1 339	239 677	54 252	46 044
19.01	46.01			



INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

A alocação inicial dos recursos recebidos (contribuições antecipadas dos Patrocinadores), bem como das primeiras contribuições dos Participantes e respectivos Patrocinadores ocorreu anteriormente à aprovação da Política de Investimentos 2014. Inicialmente buscou-se manter os recursos em aplicações financeiras extremamente conservadoras, direcionando-os para fundos de investimento de renda fixa com *benchmark* (explícito ou implícito) vinculado ao DI (Depósito Interfinanceiro).

JANEIRO / 2014

Posse da Diretoria Executiva ocorrida na primeira quinzena de 2014.

O Conselho Deliberativo, em 27/jan/2014, determinou que fossem mantidos os atuais investimentos até que fosse efetuada análise completa da Política de Investimentos.

ABRIL / 2014

A Diretoria Executiva apresentou ao Conselho Deliberativo a análise da Política de Investimentos, assim como sugestão de alterações para o ano vigente.

MAIO E AGOSTO / 2014

O Conselho Deliberativo aprovou de forma unânime em reunião extraordinária, ocorrida no dia 7/mai, a alteração da Política de Investimentos 2014 e sua atualização em 6/ago/2014.

A Política de Investimentos 2014 se submeteu às diretrizes legais e regulatórias das EFPC e da constituição da Funpresp-Jud, dentre as quais se destacam:

- Art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 108, de 2001;
- Art. 9º da Lei Complementar nº 109, de 2001;
- Arts. 15 e 28 da Lei nº 12.618, de 2012;
- Resolução CMN nº 3.792, de 2009;
- Guia Previc “Melhores Práticas em Investimento”, de 2011.

PASSIVOS, OBRIGAÇÕES E FLUXOS

Em termos gerais, o Plano de Benefícios caracteriza-se pela alta frequência de aportes na distribuição temporal dos fluxos dos recursos previstos para os próximos 35 anos. Desta forma, estima-se que, nesse período, haverá forte acumulação de recursos, com baixo volume de saída de capital. A parte majoritária do direcionamento das reservas do Plano de Benefícios se dará à acumulação pelos Participantes (RAN e RAS). Após essa fase, serão iniciados os pagamentos de complementos de benefícios, porém, ainda com volumes significativos de fluxo de aporte de recursos. Assim, não se espera fluxo negativo de recursos por um período longo.

O Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE) é formado visando assegurar condições contratadas na ocorrência de benefícios não-programados, tais como: morte, invalidez, sobrevivência e situações de aposentadorias especiais.

Para o PGA, direcionado para as despesas administrativas da Fundação, não são esperados valores significativos acumulados, pelo menos nos primeiros anos de seu funcionamento, considerando a estrutura fixa a ser instalada, necessária ao pleno funcionamento da Entidade, e também os custos de sua geração, vis-à-vis os valores das receitas advindas de taxas incidentes nas contribuições.

Tabela 4 - Características principais das contas, reservas e fundos do Plano de Benefícios.

CONTAS / RESERVAS / FUNDOS ⁽¹⁾	CARACTERÍSTICAS		
	Percentual das Contribuições (%)	Prazo do Passivo	Taxa Real Anual de Juros (% a.a.)
RAN (Conta Individual)	77,65	Longo Prazo	Não se aplica
FCBE (Conta Coletiva)	15,35	Curto Prazo	4,00
Aposentadoria por Invalidez	0,12		
Pensão por Morte de Participante Ativo	0,12		
Aporte Extraordinário Aposentadoria Normal	6,41	Longo Prazo	
Pensão por Morte de Participante Assistido	0,29		
Renda por Sobrevivência do Assistido	7,00		
Oscilação de Risco	1,41		
PGA (Conta Administrativa)	7,00	Curto Prazo	Não se aplica

Fonte e elaboração: Funpresp-Jud

(1) Índice do PLANO: IPCA/IBGE

DIRETRIZES PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

A escolha dos índices de referência (*benchmarks*) se balizou no baixo risco de mercado, tratando-se de títulos de reduzida duração ou mesmo de instrumentos financeiros pós-fixados atrelados à taxa de juros de um dia, dependendo das condições de mercado, e forte correlação positiva com a taxa básica de juros.

Tabela 5 - PGA: Limites, restrições e *benchmark* para segmentos de aplicação.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL	BENCHMARK ⁽²⁾
1. Renda Fixa	100%	80%	100%	100%	85% em IRF-M1 e 15% em DI - Depósito Interfinanceiro
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à inflação e Operações Compromissadas	95%	80%	100%	100%	-
Títulos Privados ⁽¹⁾	5%	0%	50%	80%	Não se aplica

Fonte e elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.2.

(2) Deduzidas as taxas de administração dos fundos de investimento.

Plano de Benefícios (PB)

A Fundação optou por realizar, após a aprovação da nova Política de Investimentos 2014 em maio, apenas ligeira diversificação dos investimentos do Plano de Benefícios, e somente no segmento de renda fixa, notadamente dos títulos públicos federais.

É importante ressaltar a preocupação tanto do Conselho Deliberativo quanto da Diretoria Executiva em relação a esta fase inicial de implantação da Fundação, à imagem transmitida aos Participantes e à questão relacionada a pouca cultura previdenciária e financeira dos investidores em geral. Assim, optou-se por aplicações financeiras que fossem compatíveis com o grau de aceitação de risco por parte dos Participantes em geral.

Adicionalmente, levou-se em consideração a necessidade de manter rentabilidades, no todo ou em parte, que incorporem proteção contra inflação e ainda agreguem prêmio (representados por investimentos no sub-índice IMA-B5).

Houve também o objetivo de alocação em papéis federais prefixados de curto prazo (até um ano), os quais tendem a embutir prêmios acima da inflação e da taxa básica de juros, podendo agregar rentabilidade às aplicações (IRF-M1).

Ainda, é importante destacar que a Alocação Objetivo perseguida ao longo de 2014 foi iniciada com 25% dos recursos vinculados ao IMA-B5 e 75% atrelados ao IRF-M1, migrando para o *benchmark* apenas ao final de novembro de 2014, quando o cenário econômico se tornou menos incerto.

Tabela 6 - Plano de Benefícios (RAN/RAS/FCBE): Limites, restrições e *benchmark* para segmentos de aplicação

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL	BENCHMARK ⁽²⁾
1. Renda Fixa	100%	80%	100%	100%	50% em IRF-M1 e 50% em IMA-B5
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à inflação e Operações Compromissadas	95%	80%	100%	100%	-
Títulos Privados ⁽¹⁾	0%	0%	10%	80%	-

Fonte e elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.2.

(2) Deduzidas as taxas de administração dos fundos de investimento.

Outras Informações

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Nome: Ronnie Gonzaga Tavares

CPF: 123.410.258-70

Certificação: CPA-20 ANBIMA
ICSS – Ênfase em Investimentos

Cargo: Diretor de Investimentos

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

100% dos recursos investidos no segmento Renda Fixa

Valores em R\$ mil (31/dez/2014)

		PGA	PB	TOTAL
BANCO DO BRASIL	Conta Corrente	-	33	33
	BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	3.722	11	3.733
	BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	6.309	892	7.201
	BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LP FIC	-	2.528	2.528
	Subtotal Banco do Brasil	10.031	3.464	13.495
CAIXA	Conta Corrente	-	-	-
	FI Caixa Brasil REF DI LP	-	-	-
	FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	13.222	2.056	15.278
	Subtotal CAIXA	13.222	2.056	15.278
TOTAL		23.253	5.520	28.772

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

RESULTADOS E INDICADORES

RENTABILIDADE 2014

PLANO	RENTABILIDADE NOMINAL			IPCA	RENTABILIDADE LÍQUIDA REAL	% CDI	% BENCHMARK
	BRUTA	CUSTO ⁽¹⁾	LÍQUIDA				
PB	10,31%	0,26%	10,05%	6,41%	3,43%	93,3%	97,3%
PGA	10,76%	0,24%	10,52%		3,86%	97,4%	100,0%

Fonte: CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa, IBGE
 (1) Custo dos investimentos (taxa de administração)

INDICADOR	CDI	Bmk PB	BmK PGA
RENTABILIDADE NOMINAL	10,81%	10,34%	10,52%
RENTABILIDADE REAL	4,14%	3,70%	3,86%

Fonte: CETIP, Anbima

Observações:

- Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios
 Até 21/mai: CDI
 Após 21/mai: 50% IRF-M1 + 50% IMA-B5
- Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Gestão Administrativa
 Até 22/mai: CDI
 Após 22/mai: 85% IRF-M1 + 15% CDI
- Sobre os índices de referência indicados já foram deduzidos os custos (taxa de administração)

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA ⁽¹⁾

Plano de Benefícios (PB)

	RENTABILIDADE NOMINAL LÍQUIDA		DNP MENSAL (PB - Bmk)	DESVIO-PADRÃO ACM 12m DNP MENSAL
	PB	BENCHMARK		
Jan/14	0,834%	0,840%	-0,006%	0,009%
Fev/14	0,795%	0,783%	0,012%	0,009%
Mar/14	0,777%	0,760%	0,017%	0,010%
Abr/14	0,808%	0,815%	-0,007%	0,010%
Mai/14	0,987%	1,096%	-0,108%	0,044%
Jun/14	0,897%	0,990%	-0,093%	0,050%
Jul/14	0,892%	0,899%	-0,008%	0,047%
Ago/14	0,816%	1,080%	-0,265%	0,089%
Set/14	0,610%	0,390%	0,219%	0,116%
Out/14	0,850%	0,875%	-0,024%	0,111%
Nov/14	0,919%	0,903%	0,016%	0,111%
Dez/14	0,435%	0,453%	-0,017%	0,110%
2014	10,05%	10,34%	-0,29%	

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

	RENTABILIDADE NOMINAL LÍQUIDA		DNP MENSAL (PB - Bmk)	DESVIO-PADRÃO ACM 12m DNP MENSAL
	PGA	BENCHMARK		
JAN/14	0,837%	0,840%	-0,003%	0,008%
FEV/14	0,791%	0,783%	0,008%	0,008%
MAR/14	0,770%	0,760%	0,010%	0,009%
ABR/14	0,839%	0,815%	0,023%	0,011%
MAI/14	0,862%	0,877%	-0,016%	0,013%
JUN/14	0,845%	0,862%	-0,016%	0,013%
JUL/14	0,926%	0,942%	-0,016%	0,014%
AGO/14	0,827%	0,828%	-0,001%	0,013%
SET/14	0,814%	0,812%	0,002%	0,012%
OUT/14	0,849%	0,848%	0,001%	0,012%
NOV/14	0,786%	0,782%	0,004%	0,012%
DEZ/14	0,897%	0,892%	0,005%	0,012%
2014	10,52%	10,52%	0,00%	

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima

(1) Medida de controle da divergência entre o resultado efetivo de uma carteira e o valor projetado para essa mesma carteira. A Divergência Não Planejada (DNP) também é conhecida como *Tracking Error*.



RECEITAS E DESPESAS
ADMINISTRATIVAS

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A programação orçamentária para 2014 foi estabelecida para dar suporte aos projetos e ações visando à estruturação da Funpresp-Jud e ao incremento das adesões de novos Participantes.

Foram adotadas as melhores práticas para gestão eficiente e transparente da Fundação, com foco em resultados e parcimônia nos gastos para administrá-la.

As despesas administrativas foram estimadas em aproximadamente R\$ 7,2 milhões. Entretanto, o fato de funcionar provisoriamente em espaço cedido por Patrocinadores e pela Caixa Econômica Federal permitiu uma economia de R\$ 400 mil, resultando num total de R\$ 6,8 milhões, conforme tabela 7. Além das despesas para o funcionamento, foram provisionados contabilmente R\$ 2,07 milhões referentes à correção/atualização pelo IPCA do aporte inicial de R\$ 26,1 milhões, recebido da União a título de adiantamento de contribuições futuras, conforme crédito especial consignado pela Lei 12.697/13.

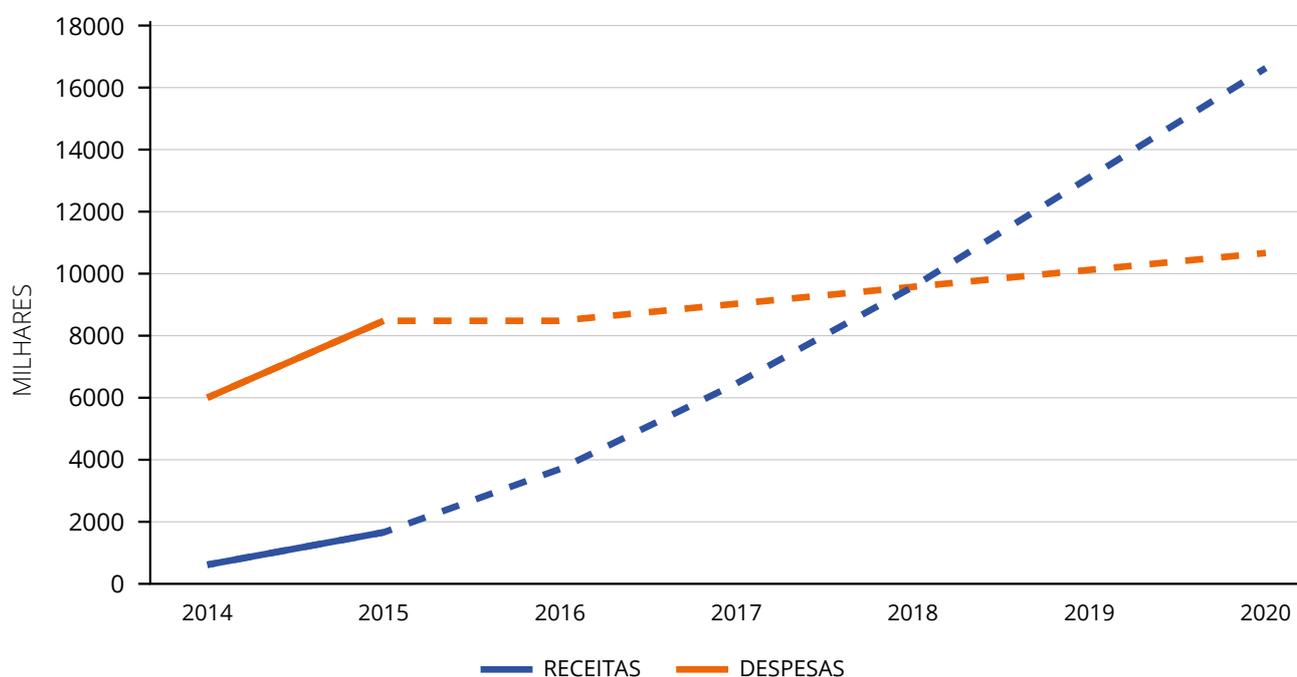
Tabela 7 - Receitas e Despesas Administrativas.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	(R\$ Mil)	INDICADORES DE GESTÃO (12 meses)	
Participantes (A) - Un.	1405	I 1 = (B/A) Arrecadação per capita (R\$)	259,07
Taxa de Carregamento (B)	364		
Despesas de Funcionamento(C) ⁽¹⁾	6.806	I 2 = (C/A) Despesa per capita (R\$)	4.844,13
Pessoal e Encargos (C1)	5.974		
Serviços de Terceiros (C2)	445		
Treinamento (C3)	46	INCLUI DESPESA FINANCEIRA	
Diárias e Passagens (C4)	24	I 3 = (C/A) Despesa per capita (R\$)	6.318,15
Despesas Gerais (C5)	316		
Despesa Financeira (D)	2.071		
Despesas Administrativas (E=C+D)	8.877	I 4 = (E/ (B+F)) Despesa sobre receita (%)	202,87
Receitas Financeiras (F)	2.567		

O crescimento do número de Participantes no 2º semestre possibilitou que a meta de 1.400 adesões, estabelecida para 2014, fosse superada. Alcançamos 1.405 novos Participantes, oriundos de mais de 70 Patrocinadores, favorecendo o indicador de gestão **despesa per capita**, que tem como meta reduzir seu valor em 30% em bases anuais de comparação.

O indicador **arrecadação per capita** identifica o montante de custeio médio arrecadado por Participante, mas seu valor precisa ser relativizado, uma vez que o volume de receitas de taxa de carregamento foi ampliado também no 2º semestre. O indicador **despesa sobre receita** é de suma importância para aferir a posição da Funpresp-Jud frente ao ponto de equilíbrio entre despesas e receitas, conforme trajetória ilustrada no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Evolução de Receitas e Despesas Administrativas.



No ato de criação da Funpresp-Jud, a União realizou aporte de R\$ 26.165.100,00 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e cinco mil e cem reais) a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao seu regular funcionamento inicial, mediante crédito especial no orçamento de 2013 para todo o Poder Judiciário da União, MPU e CNMP. Esse adiantamento será atualizado pelo IPCA e compensado a partir de 2019, ano subsequente ao alcance de ponto de equilíbrio, conforme evidenciado no gráfico 1. Essa projeção de receitas e despesas foi atualizada em março de 2015 e não afeta a reserva matemática de cada Participante.

Trade Pattern - Year overview



Share value



share





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BP - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
DISPONÍVEL	4	33	2
REALIZÁVEL	5	28.819	26.150
Gestão Previdencial	5.1	32	-
Gestão Administrativa	5.2	47	-
Investimentos	6	28.740	26.150
Fundos de Investimento		28.740	26.150
PERMANENTE	7	-	660
Intangível	3.8 (a)	-	660
TOTAL DO ATIVO		28.852	26.812
PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
EXIGÍVEL OPERACIONAL		23.303	26.411
Gestão Previdencial	8	23.303	26.411
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	10 (b)	5.549	401
Patrimônio de Cobertura do Plano		5.549	24
Provisões Matemáticas		5.549	24
Benefícios a Conceder		5.549	24
Fundos	3.8 (b)	-	377
Fundos Administrativos	11	-	377
TOTAL DO PASSIVO		28.852	26.812

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DMPS - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	Variação (%)
	A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	401	-	-
	1. Adições	14.025	401	3.401
(+)	Contribuições Previdenciais	5.375	24	22.636
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	150	0	318.981
(+)	Receitas Administrativas	5.933	1	527.962
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.567	376	583
	2. Destinações	(8.877)	-	-
(-)	Despesas Administrativas	(8.877)	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.148	401	1.185
(+/-)	Provisões Matemáticas	5.525	24	23.223
(+/-)	Fundos Administrativos	(377)	377	(200)
	B) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO (A+3)	5.549	401	1.285

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DPGA - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	377	-	-
1. Custeio de Gestão Administrativa	8.500	377	2.155
1.1 Receitas	8.500	377	2.155
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	364	1	32.301
Resultado Positivo dos Investimentos	2.567	376	583
Outras Receitas	5.569	-	-
2. Despesas Administrativas	(8.877)	-	-
2.2 Administração Previdencial	(8.877)	-	-
Pessoal e Encargos	(5.974)	-	-
Treinamentos / Congressos e Seminários	(46)	-	-
Viagens e Estadias	(24)	-	-
Serviços de Terceiros	(445)	-	-
Despesas Gerais	(316)	-	-
Outras Despesas	(2.071)	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(377)	377	(200)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(377)	377	(200)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	-	377	(100)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DAL - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	Variação (%)
1. Ativos	5.551	401	1.286
Disponível	30	2	1.194
Recebível	34	377	(91)
Investimento	5.487	21	25.617
Fundos de Investimento	5.487	21	25.617
2. Obrigações	-	-	-
3. Fundos não Previdenciais	-	(377)	(100)
Fundos Administrativos	-	(377)	(100)
Fundos dos Investimentos	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)	5.551	24	23.333
Provisões Matemáticas	5.549	24	23.323

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DMAL - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	Variação (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	24	-	-
	1. Adições	5.889	25	23.634
(+)	Contribuições	5.739	25	23.074
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	150	0	318.981
	2. Destinações	(364)	(1)	32.301
(-)	Custeio Administrativo	(364)	(1)	32.301
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.525	24	23.223
(+/-)	Provisões Matemáticas	5.525	24	23.223
	B) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO (A+3)	5.549	24	23.323
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-	377	(100)
(+/-)	Fundos Administrativos	-	377	(100)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DPT - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+4)	5.551	24	23.331
1. Provisões Matemáticas	5.549	24	23.323
1.1 Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2 Benefícios a Conceder	5.549	24	23.323
Contribuição Definida	4.754	21	22.304
Saldo de Contas - parcela Patrocinador(es) / instituidor(es)	2.019	3	58.330
Saldo de Contas - parcelas Participantes	2.735	18	15.296
Benefício Definido	795	2	32.079
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
4. Exigível Operacional	2	-	-
4.1 Gestão Previdencial	2	-	-

Observações:

Todos os Demonstrativos Contábeis foram assinados, conforme abaixo e estão disponíveis no site da Funpresp-Jud (http://www.funprespjud.com.br/?page_id=476).

Marcio Lima Medeiros
Diretor de Administração
CPF: 044.641.307-04

Elaine de Oliveira Castro
Diretora Presidente
CPF: 602.281.216-04

Sérgio Allan E. Cabral
Contador - CRC/DF 14.341/O
CPF: 830.407.901-10

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Funpresp-Jud – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nº1 e nº8, a Fundação iniciou as suas operações em 14 de outubro de 2013 (data da aprovação do regulamento do Plano de Benefícios). O estudo de viabilidade econômico-financeiro, elaborado sob responsabilidade da administração da Fundação, evidenciou que a capacidade de geração de receitas futuras para cobertura das respectivas despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa - PGA, bem como a capacidade de honrar com a obrigação assumida junto aos seus Patrocinadores, no montante de R\$23.303 mil, registrada na rubrica “Adiantamento de contribuições”, estão condicionadas, dentre outros fatores, ao sucesso na captação de novos Participantes por meio da adesão ao plano de benefícios administrado pela Fundação.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Funpresp-Jud para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 14 de março de 2014 com opinião modificada pelo fato da administração, à época, não dispor de um estudo interno quanto à segregação do aporte inicial entre Gestão Administrativa e Gestão Previdencial. No decorrer do exercício de 2014, a Fundação, por meio de estudos internos, concluiu que o referido adiantamento possui caráter administrativo, visando a cobertura dos custos iniciais.

Kpmg Auditores Independentes
CRC SP-14428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

PARECER DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA

CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Funpresp-Jud, abaixo relacionados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2014, registrada na ata da 3ª sessão ordinária de 2015, ocorrida no dia 15 de abril de 2015, após procederem ao exame dos documentos previstos no item 17 do Anexo “C” da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, e pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, quais sejam: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT, Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis Consolidadas, Parecer dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, Parecer do Atu rio responsável pelo Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, CNPB n  2013.0017-38, bem como manifesta o da Diretoria Executiva pela aprova o das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Brasília, 15 de abril de 2015.

Amarildo Vieira de Oliveira

Presidente do Conselho Deliberativo

Marcelo de Assis

Membro Suplente do Conselho Deliberativo

Rui Moreira de Oliveira

Membro Titular do Conselho Deliberativo

Dirley Sérgio de Melo

Membro Suplente do Conselho Deliberativo

Paulo Afonso Cavichioli Carmona

Membro Titular do Conselho Deliberativo

Lauro Pinto Cardoso Neto

Membro Titular do Conselho Deliberativo

CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - Funpresp-Jud, no cumprimento das obrigações estatutárias que lhes são conferidas pelo art.42, inc. II do Estatuto Social vigente e com amparo no disposto no item 17 do Anexo "C" da Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013; e Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, sendo complementada pela Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; reuniram-se, nesta data, na sede da Funpresp-Jud, localizada na Asa Norte, Quadra 702/703 Bloco B, Térreo, lojas 40 e 50, Edifício Benvenuto, Brasília/DF, para examinar e apreciar as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 2013.0017-38, referentes ao Exercício de 2014, bem como os atos e as contas da Diretoria Executiva, por meio do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício - DPT e das Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis Consolidadas, considerando inclusive as peç s contábeis do respectivo Plano, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Atu rio responsável pelo Plano de Benefícios, administrado pela Funda o de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - Funpresp-Jud, relativo aos resultados da Avalia o Atuarial, realizada com data-base de 31 de dezembro de 2014. Após a análise dos documentos supracitados, o Conselho Fiscal verificou que as contas apresentam-se corretas e em conformidade com o disposto nas normas contábeis exigidas pela legisla o vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, bem como com o disposto no Estatuto Social da Funpresp-Jud. Desta forma, o Conselho Fiscal exara parecer favorável às informa es constantes de todas as peç s que compõem as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, que refletem as atividades da Funda o de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - Funpresp-Jud no Exercício, ressaltando o parágrafo de ênfase e a observa o quanto ao caráter do adiantamento de contribui es dos Patrocinadores constantes do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Funda o.

Brasília/DF, 8 de abril de 2015.

Cícero Fernanda de Araújo Magalhães
Presidente do Conselho Fiscal

Cláudio Machado Pinto
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Pedro Vaz Sammarco Freitas
Titular do Conselho Fiscal

Camilo Rey Laureto
Suplente do Conselho Fiscal

Ivan de Jesus Teixeira do Nascimento
Suplente do Conselho Fiscal

MUDANÇA DE CRITÉRIO DE CONTABILIZAÇÃO

A transparência e responsabilidade são valores da Funpresp-Jud e nossas demonstrações contábeis primam por fornecer informações estruturadas de qualidade aos Participantes, Patrocinadores, Conselheiros e Dirigentes.

Nesse sentido, um olhar mais detalhado vai constatar algumas diferenças entre o Balanço Patrimonial de 2013 e 2014. Ressaltamos que a explicação detalhada está descrita nas Notas Explicativas que são parte das Demonstrações Contábeis e estão disponíveis no sítio da Fundação: www.funprespjud.com.br.

1. A primeira situação diz respeito ao Fundo Administrativo.

- 1.1. Motivo: Mudança de Critério de Contabilização
- 1.2. Consequência: Reversão do Fundo Administrativo em 2014.
- 1.3. Demonstrativo Alterado: Balanço Patrimonial
- 1.4. Detalhamento da Ação: Nota Explicativa 3.8 (b)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
DISPONÍVEL	4	33	2
REALIZÁVEL	5	28.819	26.150
Gestão Previdencial	5.1	32	-
Gestão Administrativa	5.2	47	-
Investimentos	6	28.740	26.150
Fundos de Investimento		28.740	26.150
PERMANENTE	7	-	660
Intangível	3.8 (a)	-	660
TOTAL DO ATIVO		28.852	26.812

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
EXIGÍVEL OPERACIONAL		23.303	26.411
Gestão Previdencial	8	23.303	26.411
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	10 (b)	5.549	401
Patrimônio de Cobertura do Plano		5.549	24
Provisões Matemáticas		5.549	24
Benefícios a Conceder		5.549	24
Fundos	3.8 (b)	-	377
Fundos Administrativos	NOTA 11	-	← 377
TOTAL DO PASSIVO		28.852	26.812

2. Reclassificação das Despesas Administrativas

- 2.1. Motivo: Alteração da classificação das Despesas de Ativo Diferido (a pagar no futuro) para Conta e Resultado (Despesa)
- 2.2. Consequência: Encerramento da Conta "Intangível" e apuração do resultado (Receitas -Despesas)
- 2.3. Demonstrativo Alterado: Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Balanço Patrimonial - DPGA
- 2.4. Detalhamento da Ação: Nota Explicativa 3.8 (a)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
DISPONÍVEL	4	33	2
REALIZÁVEL	5	28.819	26.150
Gestão Previdencial	5.1	32	-
Gestão Administrativa	5.2	47	-
Investimentos	6	28.740	26.150
Fundos de Investimento		28.740	26.150
PERMANENTE	7	-	660
Intangível	3.8 (a)	-	← 660
TOTAL DO ATIVO		28.852	26.812

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
EXIGÍVEL OPERACIONAL		23.303	26.411
Gestão Previdencial	8	23.303	26.411
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	10 (b)	5.549	401
Patrimônio de Cobertura do Plano		5.549	24
Provisões Matemáticas		5.549	24
Benefícios a Conceder		5.549	24
Fundos	3.8 (b)	-	377
Fundos Administrativos	11	-	377
TOTAL DO PASSIVO		28.852	26.812

DPGA - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	377	-	-
1. Custeio de Gestão Administrativa	8.500	377	2.155
1.1 Receitas	8.500	377	2.155
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	364	1	32.301
Resultado Positivo dos Investimentos	2.567	376	583
Outras Receitas	5.569	-	-
2. Despesas Administrativas	(8.877)	-	-
2.2 Administração Previdencial	(8.877)	-	-
Pessoal e Encargos	(5.974)	-	-
Treinamentos / Congressos e Seminários	(46)	-	-
Viagens e Estadias	(24)	-	-
Serviços de Terceiros	(445)	-	-
Despesas Gerais	(316)	-	-
Outras Despesas	(2.071)	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(377)	377	(200)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(377)	377	(200)
B. FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	-	377	(100)

3. Empréstimo de Patrocinadores

- 3.1. Motivo: Definição da natureza dos valores recebidos a título de adiantamento de Contribuições futuras, conforme a Lei 12.618/2012. Os Patrocinadores definiram que os valores deverão ser corrigidos mensalmente pelo IPGA e compensados quando a Funpresp-Jud alcançar o ponto de equilíbrio, ou seja, as receitas sejam suficientes para pagar as despesas.
- 3.2. Consequência: Reclassificação da Exigibilidade para empréstimo e contabilização das Despesas Financeiras. Registro dos valores corrigidos dos empréstimos dos Patrocinadores no montante de R\$ 28.237 mil e dos valores utilizados para cobertura das despesas de R\$ 5.569 mil, conforme descrito na Nota Explicativa 8.
- 3.3. Demonstrativo Alterado: Balanço patrimonial
- 3.4. Detalhamento da Ação: : Nota Explicativa 08

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
DISPONÍVEL	4	33	2
REALIZÁVEL	5	28.819	26.150
Gestão Previdencial	5.1	32	-
Gestão Administrativa	5.2	47	-
Investimentos	6	28.740	26.150
Fundos de Investimento		28.740	26.150
PERMANENTE	7	-	660
Intangível	3.8 (a)	-	660
TOTAL DO ATIVO		28.852	26.812

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - (Em milhares de reais) - 31 de dezembro de 2014

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
EXIGÍVEL OPERACIONAL		23.303	26.411
Gestão Previdencial	8	23.303	← 26.411
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	10 (b)	5.549	401
Patrimônio de Cobertura do Plano		5.549	24
Provisões Matemáticas		5.549	24
Benefícios a Conceder		5.549	24
Fundos	3.8 (b)	-	377
Fundos Administrativos	11	-	377
TOTAL DO PASSIVO		28.852	26.812



Compass

40

60

80

100

120

140

160

180

200

220

240

260

N·E

E

S·E

S

S·W

W

0,12

390,82

928,55

660,34

315,81

473,16

678,79

204,69

500,73

745,54

64,19

599,70

444,17

100,03

\$ 429,14

\$ 320,80

\$ 642,94

\$ 188,78

\$ 969,29

\$ 968,04

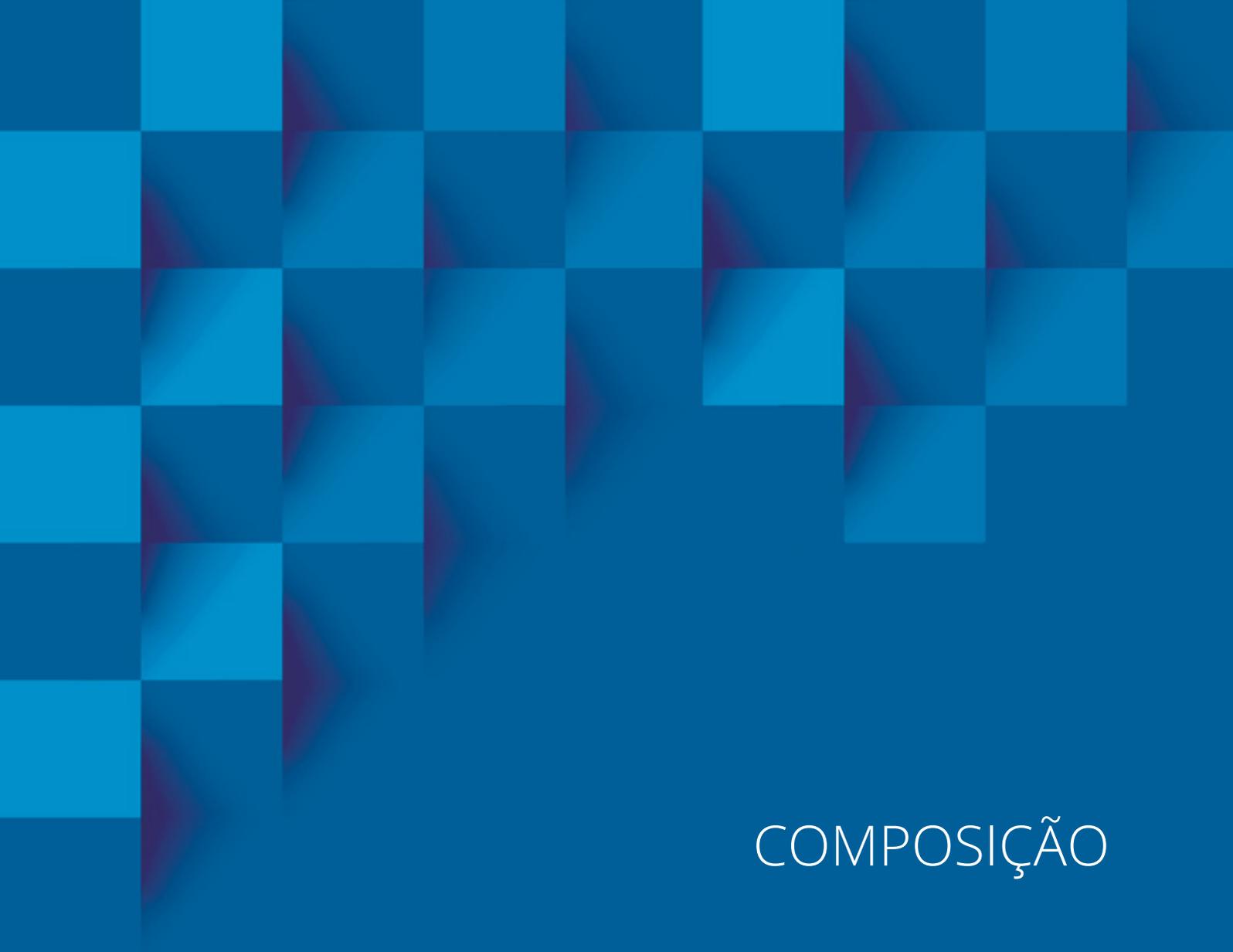
\$ 416,6

\$ 809

\$ 167

\$ 21

\$ 1



COMPOSIÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO
Diretora-Presidente

RONNIE GONZAGA TAVARES
Diretor de Investimentos

EDMILSON ENEDINO DAS CHAGAS
Diretor de Seguridade

MARCIO LIMA MEDEIROS
Diretor de Administração

CONSELHO DELIBERATIVO

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA
Conselheiro Titular e Presidente
Representante do Supremo Tribunal Federal

JOÃO CARMELINO DOS SANTOS FILHO
Conselheiro Titular e Presidente substituto
Representante da Justiça do Trabalho

Conselheiros Titulares

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Representante do Ministério Público da União
LEONARDO PEIXOTO DE MELO
Representante do Superior Tribunal de Justiça
PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
Representante do Tribunal de Justiça do Distrito
Federal e dos Territórios
RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Representante da Justiça Eleitoral

Conselheiros Suplentes

CELSON DE OLIVEIRA E SOUSA NETO
Representante do Tribunal de Justiça do Distrito
Federal e dos Territórios

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES
Representante do Supremo Tribunal Federal
DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Representante da Justiça do Trabalho
VAGO
Representante do Ministério Público da União
MARCELO DE ASSIS
Representante do Superior Tribunal de Justiça
THIAGO BERGMANN DE QUEIROZ
Representante da Justiça Eleitoral

CONSELHO FISCAL

CÍCERA FERNANDA DE ARAÚJO MAGALHÃES
Conselheira Titular e Presidente
Representante do Supremo Tribunal Federal

CLÁUDIO MACHADO PINTO
Conselheiro Titular e Presidente substituto
Representante da Justiça Federal

Conselheiros Titulares

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Representante do Ministério Público da União
PEDRO VAZ SAMMARCO FREITAS
Representante da Justiça Militar

Conselheiros Suplentes

CAMILO REY LAURETO
Representante da Justiça Militar
IVAN DE JESUS TEIXEIRA DO NASCIMENTO
Representante do Supremo Tribunal Federal
MISAEEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Representante da Justiça Federal
VETUVAL MARTINS VASCONCELOS
Representante do Ministério Público da União



FUNPESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário